

435 – O JORNALISMO E O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO

Geraldo Bueno de Carvalho¹

Os primeiros arrojados comunicativos registrados da humanidade são as artes rupestres encontradas em vários recantos da terra. No papiro assenta os primórdios da comunicação escrita. A invenção do papel permitiu o aparecimento dos incunábulo que a prensa gutenberiana transformou em livros e dos panfletos que deram origem aos jornais. No final do Século XVIII, os jornais já circulavam em quase toda a Europa. Os jornais muito cedo foram apropriados pelas forças dominantes como ferramenta ideológica servindo a seus interesses. Em MELO (1973:49), encontramos *“já a partir do século XV, o homem adquire consciência da importância do conhecimento como agente de perigosa transformação social”*. Um avanço no tempo aduz ao agora a comunicação brasileira para atender os objetivos deste trabalho. A história registra como o primeiro jornal do Brasil, o Correio Braziliense, editado por Hipólito José da Costa, que circulou no país em 1º de junho de 1808. O jornalismo é um fenômeno urbano, onde se desenvolveu e se reproduz por diversos veículos, está entre as atividades humanas que mais avançaram em tecnologia nas últimas décadas é um ambiente de veracidade e por definição, dá voz à sociedade em todas as suas manifestações, é uma explicação simplificada da sua ocupação com o urbano, mas insuficiente para justificar sua distância do rural. A agropecuária brasileira anos após anos, se supera nos seus volumes de produção, foi ‘âncora verde’ do Real, é estabilizadora da moeda. Esse fato em si, já deveria suscitar nas escolas de jornalismo, investigações de seu cultural afastamento desse setor da economia nacional. A agricultura brasileira para atingir o atual estágio de modernização, passou por várias mudanças de base técnica, para sair do arado de aiveca e chegar aos atuais tratores equipados com GPS (Sistema Global de Posição). Foi uma longa trajetória, uma história de sucesso, da qual o jornalismo não participou. Em poucos momentos da história agrária brasileira, o jornalismo cerrou fila com

¹ Rua Bartolomeu Bueno, 249. Guaratinguetá-SP. gbueno@provale.com.br. (12) 3122-3127.

os interesses do setor e da nação rural e quando o fez, defendeu interesse particular de algum político ou de algum grupo econômico ligado ao campo. Desde a ocupação da colônia até 1808, não havia imprensa no Brasil. À abdicação de D. Pedro I, no entanto, em 1831, a imprensa foi decisiva para desfecho final. Em 1822, foram extintas as sesmarias fato que deixou o Brasil 28 anos sem nenhuma lei fundiária. Apesar da gravidade do fato, não houve na imprensa nenhuma reação registrada na época, a promulgação da Lei 601 de 18 de Setembro de 1850 e suas conseqüências nefastas à consolidação e expansão do latifúndio no Brasil, nenhum jornalista comentou. Aculturado e sob os grilhões políticos dos grandes fazendeiros, o ruralista do passado desenvolveu uma forma própria de resistir às hostilidades rurais e para sua sobrevivência e reprodução, praticava uma agricultura extrativa de pousio e de catação, o que em 1914, o escritor e jornalista Monteiro Lobato, iria classificar como a praga das montanhas e o Jeca Tatu, tornou-se o estereótipo de uma escatofilia da cidadania e o rural e seu meio, foi esquecido pela imprensa que nada ou pouco contribuiu para o seu desenvolvimento. Contrariando a proposta de Daniel Lerner quando afirma:

Pouco depois de ter entrado no caminho do desenvolvimento, o país descobre que pode usar a comunicação para implantar e ampliar a idéia de mudança, para aumentar as expectativas de seu povo de maneira que ele possa desejar uma economia maior e uma sociedade modernizada (LERNER, 1973:75).

O Brasil possui uma diversidade climática favorável a todo tipo de agricultura e a maior biodiversidade do planeta, aproxima-se a passos largos de potência agropecuária mundial. À grande mídia, contudo, pouco ou nada o setor agropecuário brasileiro ficou devendo, seu crescimento até atingir o atual estágio de desenvolvimento, passou por processos de evolução endógeno e em todos setores ligados à área. Há ainda no meio rural muito por fazer, tanto no campo técnico, como no social onde aliás, ainda existem ilhas agrícolas e, em muitos grotões, vivem brasileiros carentes da alça informativa para atingir a plena cidadania. Ao buscar as razões do abismo entre o jornalismo e o rural brasileiro, sabíamos das dificuldades a encontrar e possíveis controvérsias que poderiam ser desenterradas, mas ao cientista social, cabe a tentativa de explicar o significativo do acontecimento pela sua produção sociológica e, ao

jornalista, o relato veraz do acontecimento, ambos intencionados a formar opiniões e provocar mudanças na sociedade. Alguns pesquisadores argumentam que o fato de a imprensa demorar muito para chegar ao Brasil, foi determinante para a implantação de um jornalismo urbanizado e sob a influência do capital. Em MELO (1973:66), encontramos as datas de ocupação, da introdução da imprensa e do tempo decorrido entre a ocupação e a introdução da imprensa nas colônias das Américas Espanhola, Inglesa e Portuguesa.

<u>Colônia</u>	<u>início da ocupação</u>	<u>chegada/imprensa</u>	<u>período entre ocupação/imprensa</u>
América Espanhola	1519	1533	14 anos
América Inglesa	1620	1638	18 anos
América Portuguesa	1532	1808	276 anos

CARVALHO (1908:9), sustenta que a proibição da imprensa no Brasil foi uma estratégia do governo português para bloquear qualquer melhoramento na colônia, o que reproduziria a sua situação de dependência à Portugal. Moreira de Azevedo citado em MELO (1973:94), atribui à imprensa a tarefa de difundir a instrução e estimular o desenvolvimento cultural, fato que não poderia agradar as autoridades da metrópole. Para Azevedo *“Não convinha à Portugal que houvesse civilização no Brasil, desejando conservar essa colônia atada ao seu domínio não queria arrancá-la das trevas da ignorância, A sociedade capitalista brasileira, começou a formar-se, 260 anos antes da chegada da imprensa ou seja, havia fortes ofícios da corte portuguesa em manter a colônia sob a ignorância, sem acesso a quaisquer culturas provocadoras de desenvolvimento. O jornalismo dá transparência e realidade a um fato, fora dele não ocorre a significação pública, o acontecido é apenas um abstracismo incógnito restrito ao ambiente do acontecimento, por essa lógica, a agricultura brasileira sempre foi um fato isolado, chegou ao atual estágio técnico, desconsiderado e discriminado pela imprensa. Dívida que as universidades brasileiras de ensino de comunicação, devem ao único setor superavitário da economia brasileira há mais de uma década.*

LERNER e SCHRAMM (1973:20) lembram que todas as sociedades têm carência comunicativa quando afirmam: *“a comunicação atende, de modo geral, às mesmas necessidades em todas as sociedades”*. Há, portanto, a necessidade do comprometimento dos jornalistas para com o meio rural, para

que, a comunicação rural participe do desenvolvimento do setor promovendo sua inserção no contexto da comunicação brasileira.

“Desde que se implantaram no Brasil, em meados da década de 60, as Escolas de Comunicação Social, verificamos que algumas tentativas estão sendo feitas para incorporar o universo da Comunicação Rural às atividades didáticas e científicas daquelas instituições. É forçoso todavia, reconhecer que o espaço ocupado até agora pela comunicação rural tem sido periférico e descontínuo” (MELO, 1991: 52)

A cultural ausência de comprometimento das escolas de jornalismo para com o meio rural, colocou no mercado um número enorme de profissionais reprodutores da apatia de seus mestres à coisa rural. Para as dimensões rurais do Brasil e sua atual relevância como potência agropecuária emergente no mundo, o número de profissionais na área é insignificante. Nas últimas décadas nasceram vários veículos voltados ao setor rural, só alguns entretanto, sobreviveram graças à abnegação e vocação, de poucos profissionais que, autodidatas, apreenderam a falar do rural, outros até a falar para e com o ruralista, mas com pouca ou nenhuma capacidade de crítica provocadora de mudança na área, resultante da ausência de informação trazidas das escolas de jornalismo. Afora esses abnegados desconhecidos da grande imprensa, a grande maioria dos jornalistas que se aventura no meio rural, é uma amorfa reprodutora dos discursos dos técnicos, às vezes distorcidos, o que causa verdadeiras fobias ao jornalismo nas fontes, principalmente aos pesquisadores, por exigir do entrevistador um mínimo de conhecimento da área do especialista entrevistado. Na opinião do jornalista e comentarista Luís NASSIF, (contribuição por email)

“a cobertura jornalística da área rural se limita a reproduzir acriticamente a opinião de produtores ou economistas. E sempre em cima de temas pontuais. Sem entretanto, uma visão sistêmica, capaz de enxergar e defender posições conceituais que torne a imprensa agrícola em fator de transformação do rural brasileiro”.

A agropecuária brasileira atingiu elevado grau de tecnologia em todos seus segmentos, que mesmo os técnicos agrários em suas áreas específicas, têm constantes necessidades de cursos de reciclagem e de aperfeiçoamento.

Ensinar comunicação rural ao jornalista de hoje implica na necessidade de uma especialização, uma disciplina não bastaria para o repasse de todo conhecimento acumulado pelo segmento comunicacional voltado ao rural. Os próprios paradigmas da comunicação rural precisam ser revistos, os extensionistas atuais já aprendem a lidar com uma realidade diferente, onde além da difusão e assistência técnica, trabalham com a agregação de valor, conectados à organização comunitária e a criação de micros agroindústrias onde a agroecologia participa de modo relevante e indispensável, do saber extensionista.

“Em poucas palavras, meio ambiente e sociedade constituem os dois pilares básicos de toda e qualquer proposta de extensão rural dirigida à promoção da qualidade de vida, à inclusão social e ao resgate da cidadania no campo e isto explica a busca permanente de contextos de sustentabilidade crescente”. (CAPORAL e COSTABEBER 2001:33)

O profissional de comunicação precisa transitar pelas antigas veredas da comunicação rural que cruza com os caminhos do novo e pujante agronegócio, da potencial mini agroindústria, da agroflorestal, aos mais diversos complexos agroindustriais e dos novíssimos agriclusters. O novo rural precisa ser apreendido pelo jornalista para que, esse profissional possa escapar da já desgastada reprodução discursiva das fontes ruralistas. A perdurar a histórica ausência de debates nas escolas de comunicação a respeito do mundo rural brasileiro, de suas atividades e de sua gente, estará negando a seus egressos pensar o rural e desenvolver talentos e vocações que possam contribuir para transformações no meio, contributo básico, para o aprimoramento técnico e social da população rural.

Trata-se de um desafio a ser enfrentado pela comunidade universitária da comunicação social, na medida em que o Brasil permanece com um perfil econômico marcado pela produção agropecuária, fonte significativa da sua pauta de exportações (MELO, 1993:78).

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

- BORDENAVE, J.E.D. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BROSE, Markus. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1999.
- BUENO, W.C. **Política nacional de informação científica e tecnológica**. In: Comunidade e sociedade. São Paulo: Cortez, 1993.
- CAPORAL, Francisco R. e José A. COSTABEBER. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: Perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Sta. C. Sul, RS: EDUNISC, 2001.
- CHAPARRO, M.C. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1994.
- LERNER, D. Communications systems social systems. In: SCHRAMM, W., LERNER, D. **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento**. São Paulo: Edusp, 1973.
- LERNER, D., SCHRAMM, W. **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- LIMA, R.C. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Porto Alegre: Edições Sulinas, 1954.
- LOBATO, J.B.M. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- MEDINA, C.A. A comunicação no mundo rural brasileiro: parâmetros conceituais. In
- MELO, J.M. **Imprensa e desenvolvimento**. São Paulo: ECA/USP, 1984.
- MELO, J.M. **Sociologia da imprensa**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- OLIVEIRA, V.C. Questões metodológicas da comunicação rural: notas para um debate. In: SILVEIRA, M.A., CANUTO, J.C. **Estudos de comunicação rural**. SP: Loyola, 1988.
- PORTO, W.C. **O sistema sesmarial no Brasil**. Brasília: UnB., 1979.
- PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1947.